



## FÓRUM POLÍTICAS PÚBLICAS

**Coordenadora: Regina Célia Bortoleto Amantini**

**Relatora: Ana Cláudia Mirândola Barbosa Reis**

### **Convidadas:**

Odília Brigido de Souza – Coordenadora Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência – Ministério da Saúde

Patricia Arantes Torres – Consultora técnica da Coordenação Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência/DAPES/SAS/MS e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência - PRONAS/PCD.

Anteriormente à atividade referente ao Fórum aconteceu a Mesa Redonda Nacional “Políticas Públicas”, com palestras proferidas pelas convidadas, Odília Brigido de Souza e Patricia Arantes Torres.

A Coordenadora do Fórum, Regina Célia Bortoleto Amantini, iniciou informando que a representante da Coordenação da Atenção Especializada Carla Daher foi convidada a participar do Fórum, justificou ausência e enviou como contribuição a solicitação aos representantes dos serviços credenciados para realização de Implante Coclear que encaminhassem para a ABA as necessidades e sugestões em relação à manutenção dos componentes externos (antena, cabo e processador) do IC. Regina comunicou, ainda, que a ABA fará um relatório e encaminhará à Coordenação Geral da Atenção Especializada. Regina deu como exemplos de indicadores, aos representantes de serviços de IC, o levantamento da demanda de acessórios para cada faixa etária (cabo, antena e processador), por faixa etária, tipo de acessório, marca e tipo de falha.

Na sequência, iniciou-se às questões que foram apresentadas na mesa do fórum, com a questão levantada por Regina Tangerino do Curso de Fonoaudiologia da FOB/USP/Bauru, em relação à portaria do Sistema de FM de 2013, relacionado à dispensação do sistema FM e a previsão de reposição, sendo questionada qual a orientação quando necessitar, por exemplo, apenas o

receptor quando se faz a troca do dispositivo (AASI ou IC), uma vez que a portaria vigente não contempla essas questões.

Dra. Odília comunicou que a equipe está trabalhando com a perspectiva de atender estas demandas, com estudos de impacto financeiro e as dos serviços. Estão com o processo aberto. Considera importante a participação das equipes dos serviços de Saúde Auditiva credenciados estabelecer parâmetros, prever quantidades, abrangência etc. Incluindo verificar atributos (idade, CID e outros). Enfatizou que quando se faz qualquer procedimento no SUS, várias coordenações trabalham juntas e prevêm de onde sairão os recursos. Estão trabalhando com isto, mas não têm a previsão de quando será publicado. Chamou atenção para o fato de que o gestor do município tem condições de realizar articulações com o Estado ou Município e verificar a possibilidade de atender esta demanda. A Fga Patrícia sugeriu que as equipes fizessem o registro das necessidades, formalizassem a demanda reprimida, quais os problemas mais recorrentes e enviassem ao Ministério da Saúde, assim como sugerido anteriormente para o IC.

Outra questão levantada pela plateia foi em relação aos critérios de análise dos projetos encaminhados, como por exemplo, o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD). Fga Patrícia respondeu que segue as prerrogativas da área, ou seja, cada área é avaliada por uma equipe do próprio Ministério da Saúde, da sua especialidade, juntamente com a equipe de gestão administrativa, para o acompanhamento do projeto. Análise técnica é realizada a partir dos critérios técnicos estabelecidos e o resultado é classificatório. Dra. Odília acrescentou que foram submetidos por volta de 300 projetos. Fga Patrícia resumiu explicando que após análise do Comitê Gestor e da área finalística do ministério a equipe faz a votação dos projetos considerando as análises do grupo técnico, do Comitê Gestor, da equipe Finalística e finaliza com a publicação no diário oficial. Esclareceu que os pareceres dos projetos foram do grupo técnico do MS (parecer de pessoas técnicas). Esclareceram que, a partir do segundo semestre deste ano, serão lançados editais para pesquisas da RAS (Redes de Atenção à Saúde).

Outra questão muito discutida foi a questão do fluxo de pacientes na rede. Foram levantados problemas de transferência de pacientes, que não conseguem dar seguimento ao atendimento, ao seguimento dos acompanhamentos de

pacientes usuários de AASI e as dificuldades do uso de ferramentas implantadas pelos Estados, exemplo, o sistema CROSS.

Dra. Odília e Fga Patrícia iniciaram a discussão esclarecendo que o fluxo do atendimento é pactuado pelo Departamento Regional de Saúde e os Municípios, sendo a regulação do Estado e do Município, respectivamente. Reforçaram o princípio do SUS de regionalização e que não terá uma regulação federal, por não ser o princípio do SUS, inclusive da regulação da atenção básica para os centros especializados. Importante considerar a legislação e competências de cada instância e a questão de recursos. Importante também considerar a participação dos profissionais e sociedade no sentido de levantar sugestões e articular ações para a efetividade da rede.

Em relação ao controle do paciente que faz matrícula em mais de um centro para recebimento de AASI, Dra. Odília manifestou que será um problema que provavelmente será solucionado quando o cartão SUS estiver unificado. No momento, os serviços necessitam verificar a regulação do Município. Um sistema unificado seria uma forma adequada.

Algumas sugestões para este problema surgiram da plateia, a partir de experiências do próprio serviço (Eleonora RS), como a criação de uma agenda de pacientes que já utilizam prótese auditiva, independente de onde adquiriu. Outro exemplo citado foi a necessidade de se estabelecer contato efetivo com a atenção básica para regular a demanda de entrada no serviço especializado (Mariana/MG), deu como exemplo que recebiam pacientes de outros municípios e estado e estão divulgando o serviço e tentando articular com a gestão, dialogar e organizar a regulação. As participantes da mesa retomaram a necessidade, dos profissionais e demais atores do processo, de articularem mais com os gestores e com os DRSs da região, de investirem na regulação e articulação da rede, ou seja, é um “fazer todo dia”. Enfatizaram também a necessidade de se pensar em capacitações em relação à gestão.

Neste sentido, segue também a preocupação do acompanhamento (terapia) das crianças com distúrbios de audição, ou seja, das crianças que precisam de terapia fora da cidade de origem, por falta de profissional especializado (Dra. Adriane Mortari/FOB/USP/Bauru). Compartilham desta experiência os profissionais que atuam na região nordeste do país (Merci/RN).

Dra. Odília considerou a importância do profissional na rede. Retomou a necessidade de conscientização do gestor nas questões que são inerentes e a importância dos profissionais em situações específicas. A importância da pesquisa vinculada ao serviço (Stella/UFMG). Citou que em Minas Gerais já se tem uma rede privilegiada, entrevistas com gestores e com experiências exitosas.

Outra experiência importante e que deve se considerar são as propostas em telessaúde, principalmente em relação ao acesso do atendimento em situações difíceis. Sugere que o Ministério considere a possibilidade de usar estratégias como a telessaúde para maior abrangência do atendimento (Profa. Wanda Blasca/FOB/USP).

Dra. Regina encerrou a reunião, devido ao horário, e pediu para que os participantes que não conseguiram se manifestar, enviassem as questões à diretoria da ABA e comprometeu-se a encaminhar à Coordenadora Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência – Ministério da Saúde, bem como as solicitações do início da reunião do fórum, sobre as demandas para os dispositivos IC e Sistemas FM.